

Caso de suposto plano para atacar Moro está nas mãos de Hardt

A juíza Gabriela Hardt, atualmente substituta da 13ª Vara Federal de Curitiba, foi responsável por assinar os mandados de prisão e de busca e apreensão que foram cumpridos pela Polícia Federal nesta quarta-feira (22/3) contra nove suspeitos de planejar ataques a autoridades, dentre elas o senador Sergio Moro (União-PR), ex-juiz da mesma vara.

Reprodução



Juíza Gabriela Hardt assumiu antiga vara de Moro por alguns meses entre 2018 e 2019
Reprodução

A tramitação das medidas desta quarta-feira tiveram início na 9ª Vara Criminal da comarca. Porém, a magistrada titular deste Juízo saiu de férias na última semana. Com isso, o inquérito foi redistribuído e as decisões ficaram a cargo de Gabriela, segundo o jornal *O Globo*.

Ao todo, foram expedidos 24 mandados de busca e apreensão, sete mandados de prisão preventiva e quatro mandados de prisão temporária nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul e Rondônia. Os suspeitos são apontados como membros da facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC).

Segundo a PF, os ataques simultâneos contra autoridades eram planejados em todos esses estados e também no Distrito Federal. Além de Moro, o promotor de Justiça [Lincoln Gakiya](#), de Presidente Prudente (SP), também era apontado como um dos alvos.

Segundo o próprio Gakiya, a facção poderia querer sequestrar Moro para exigir em troca a libertação de Marcola, chefe da facção, ou sua transferência de prisão federal para um presídio estadual. O promotor também aponta que a insatisfação do PCC com Moro advém de uma portaria que ele assinou quando era ministro da Justiça proibindo visitas íntimas nos presídios federais — em dezembro de 2021.

Hardt substituiu Moro na vara onde tramitavam os processos da "lava jato" ao final de 2018, quando ele pediu exoneração do cargo de juiz para assumir o Ministério da Justiça e Segurança Pública no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Ela permaneceu como titular até abril do ano seguinte.

Foi a juíza quem condenou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à prisão em fevereiro de 2019 no

caso do sítio de Atibaia (SP). À época, ela copiou trechos da sentença do caso do tríplex do Guarujá (SP), na qual Moro também havia condenado Lula. Ambas foram, mais tarde, anuladas pelo Supremo Tribunal Federal.

Date Created

23/03/2023